

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

12 abr 2017 | O Globo

EDUARDO BRESCIANI, LETICIA FERNANDES, SÉRGIO ROXO E THIAGO HERDY opais@oglobo.com.br

NA CÚPULA Lista inclui os ministros mais próximos de Temer

Fachin autorizou abertura de inquérito contra 8 titulares do Ministério, entre eles Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral)

-BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO- Oito ministros do governo Michel Temer — inclusive os dois mais próximos ao presidente, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral)— estão sob investigação formal no Supremo Tribunal Federal (STF) com base nas acusações feitas pelos delatores da Odebrecht. O número representa quase 30% dos ministros da atual gestão. O presidente havia afirmado que não vai afastar os auxiliares sob investigação, mas apenas os que vierem a ser denunciados.



AÍLTON DE FREITAS/17-3-2015

Núcleo central. O presidente Temer, cercado pelos ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha: número de investigados equivale a quase 30% do Ministério

Os casos de Padilha e Moreira estão entre os mais delicados porque eles são acusados num inquérito que envolve o próprio Temer, ainda que o presidente não seja investigado por ter “imunidade temporária” enquanto está na Presidência. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi categórico ao falar da atuação dos dois em nome do presidente na solicitação “de recursos ilícitos”.

Moreira teria ajudado a Odebrecht na segunda rodada de licitações de aeroportos durante a gestão Dilma Rousseff e, posteriormente, solicitado R\$ 4 milhões à empreiteira. O inquérito destaca o jantar no Palácio do Jaburu no qual Temer e Padilha discutiram doações com Marcelo Odebrecht e o executivo Cláudio Melo Filho, quando ficou acertado o pagamento de R\$ 10 milhões. Padilha operacionalizou o recebimento de R\$ 4 milhões. Parte do montante foi recebida por meio de José Yunes, ex-assessor da Presidência. Janot destaca que, em fevereiro, Yunes procurou o Ministério Público para contar que Padilha lhe pediu que recebesse um “documento” e que quem apareceu para fazer a entrega foi o doleiro Lucio Funaro, ligado a Eduardo Cunha.

PADILHA SERIA "BICUIRA" Padilha é investigado também junto com o ex-ministro Paulo Bernardo e o deputado Marco Maia (PT-RS) pela acusação de ter cobrado propina na execução de obras do metrô de Porto Alegre. Entre o final de 2008 e o início de 2009, Eliseu Padilha, na época deputado federal, teria solicitado o pagamento de 1% do valor do contrato, em decorrência de sua possível interferência no processo licitatório. Os ex-executivos da Odebrecht Benedicto Júnior e Valter Lana disseram que a demanda foi atendida. Eliseu Padilha era identificado como "bicuíra" (aquele que mora na praia).

O ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, é investigado em dois inquéritos. Ele teria recebido R\$ 20 milhões em propina da Odebrecht no período em que foi prefeito de São Paulo e, depois, ministro das Cidades, durante o governo Dilma. Ele também teria recebido recursos desviados de obras viárias em São Paulo realizadas no âmbito da Dersa, empresa estadual.

Blairo Maggi (Agricultura), por sua vez, teria recebido R\$ 12 milhões em sua campanha de 2006. O condinome usado pela Odebrecht para os pagamentos foi "Caldo". Os colaboradores contaram que os repasses foram feitos para facilitar o pagamento de dívidas de anos anteriores que o governo do Mato Grosso não conseguia honrar. Em troca dos pagamentos, governadores, entre eles Blairo Maggi, se organizavam a fim de pressionar a União a liberar recursos para fazer os pagamentos.

Ainda de acordo com delação, Aloysio Nunes, então chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, teria recebido R\$ 500 mil de maneira indevida, para beneficiar a Odebrecht em relação à Dersa. Tal valor teria ajudado Nunes na campanha ao Senado.

O ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB), também foi citado nas delações da Odebrecht. Quatro ex-executivos do grupo mencionaram o nome do tucano, acusado por eles de receber "vários repasses" em 2010 e 2012, a pretexto de doação eleitoral, num valor total de R\$ 600 mil. Os delatores dizem que, quando deputado federal, o tucano defendeu os interesses da Odebrecht no Congresso.

O ministro da Indústria e Comércio, Marcos Pereira, é alvo de inquérito por ter sido acusado pelos executivos da empreiteira Odebrecht de ter recebido recursos para que o partido que preside, o PRB, apoiasse a candidata do PT a presidente da República em 2014, Dilma Rousseff.

DINHEIRO DIRETO A MINISTRO Em relação ao PRB, teriam sido pagos R\$ 7 milhões diretamente ao ministro Marcos Pereira, ainda de acordo com o documento. Fachin diz que a PGR sustenta a existência de fatos que podem ser enquadrados penalmente. Ministro da Cultura, Roberto Freire foi citado como beneficiário de caixa 2 de campanha no ano de 2010. Ele teria recebido R\$ 200 mil, e o pagamento foi contabilizado pelo apelido "Curitiba". No caso dele, porém, Fachin devolveu o pedido para que Rodrigo Janot verifique se o caso já não prescreveu pelo fato de o ministro já ter 74 anos e a pena máxima prevista para o crime de omitir dados à Justiça Eleitoral ser de cinco anos.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)